





Fecomércio - RN – 15/01/20

Índice

G1.Globo | Nacional

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo reajusta em 4,48% aposentadoria acima do mínimo; teto vai a R\$ 6.101

7

Economia - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Setor de serviços cai 0,1% em novembro, diz IBGE

9

Economia - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Paulo Guedes deve propor a Bolsonaro ajuste na MP do salário mínimo para repor inflação

10

Política - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro diz que há 'brecha' para reajustar o salário mínimo pela inflação

11

Política - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo aumenta para 2,40% previsão de alta do PIB em 2020

12

Economia - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bovespa opera em queda nesta terça-feira

13

Economia - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Reajuste de aposentadorias muda valores de contribuição para o INSS; saiba quanto você vai pagar

14

Economia - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro anuncia reajuste, e salário mínimo passará de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 em 2020

16

Política - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

INSS vai convocar 7 mil militares da reserva para reduzir fila de processos, diz governo

18

Economia - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo anuncia salário mínimo a R\$ 1.045 a partir de fevereiro

20

Jornal Nacional - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Como a personalidade e os talentos podem levar ao sucesso no mercado de trabalho	22
Economia - 15/01/2020	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Prazo para negociação de dívidas do ICMS e IPVA termina nesta quarta-feira	25
Sergipe - 15/01/2020	
Agora RN Indeterminado	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Estado vai receber R\$ 180 milhões do banco Daycoval. Dinheiro será usado para pagar folha de novembro de 2018 para quem ainda não recebeu. Tesouro afirma, porém, que não foi procurado	26
Noticias - 15/01/2020	
Blog Daltro Emerenciano Indeterminado	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
GOVERNO ELEVA SALÁRIO MÍNIMO PARA R\$ 1.045	28
Noticias - 14/01/2020	
Blog Danilo Evaristo Indeterminado	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Bolsonaro anuncia reajuste, e salário mínimo passará de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 em fevereiro	30
Noticias - 15/01/2020	
Grande Ponto Indeterminado	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Guedes deve autorizar nova alta do salário mínimo para repor inflação de 2019	31
Noticias - 14/01/2020	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Governo aumenta projeção de crescimento do PIB para 2,40% em 2020	33
Noticias - 14/01/2020	
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	
Bolsonaro vai convocar militares da reserva para tentar zerar fila do INSS	35
Noticias - 14/01/2020	
Mossoró Hoje Rio Grande do Norte	

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo deve autorizar novo reajuste do salário mínimo para repor a inflação 37
Notícias - 14/01/2020

Pádua Campos | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo reajusta em 4,48% aposentadoria acima do mínimo; teto sobe para R\$ 6.101,06 38
Notícias - 14/01/2020

Potengi na Internet | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Guedes avalia autorizar recomposição do salário mínimo deste ano 39
Notícias - 14/01/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro anuncia reajuste, e salário mínimo passará de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 em fevereiro 41
Notícias - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo aumenta projeção de crescimento do PIB para 2,40% em 2020 43
Notícias - 14/01/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro diz que governo deve autorizar novo reajuste no salário mínimo de 2020 para repor a inflação 45
Notícias - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo reajusta em 4,48% aposentadoria acima do mínimo; teto sobe para R\$ 6.101,06 47
Notícias - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo quer obter R\$ 150 bilhões com privatizações em 2020, diz secretário 49
Notícias - 14/01/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo eleva salário mínimo para R\$ 1.045 51
Notícias - 14/01/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo reajusta em 4,48% aposentadoria acima do mínimo; teto sobe para R\$ 6.101,06

Notícias - 14/01/2020

52

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo eleva salário mínimo para R\$ 1.045

Noticias - 14/01/2020

54

Governo reajusta em 4,48% aposentadoria acima do mínimo; teto vai a R\$ 6.101



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo federal oficializou nesta terça-feira (14) o reajuste de 4,48% para aposentados e pensionistas que ganham acima de um **salário** mínimo, de acordo com portaria do Ministério da **Economia** publicada no "Diário Oficial da União".

Com a oficialização do reajuste, o teto para quem se aposentou pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passa de R\$ 5.839,45 para R\$ 6.101,06 a partir de janeiro de 2020.

Pela legislação federal, o índice de reajuste do benefício de aposentados e pensionistas que recebem valor superior ao do **salário** mínimo é definido pela variação do Índice Nacional de

Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior.

Em 2019, o INPC ficou em 4,48%, conforme divulgou na sexta-feira (10) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"A partir de 1º de janeiro de 2020, o **salário** de benefício e o **salário** de contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 1.039,00, nem superiores a R\$ 6.101,06", fixa a portaria.

Pela lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo INSS não podem ser inferiores a 1 **salário** mínimo.

Neste ano, o reajuste concedido foi maior que o do **salário** mínimo, que em 2020 aumentou 4,1%, passando de R\$ 998 para R\$ 1.039, não repondo a inflação do ano passado. Para definir o valor de R\$ 1.039, o governo usou a previsão do **mercado** financeiro para o INPC em dezembro do ano passado, que estava em 0,62%. O INPC, no entanto, acabou ficando acima do previsto.

O reajuste também se reflete na cobrança da contribuição dos trabalhadores para o INSS. Para empregados domésticos e trabalhadores avulsos, a alíquota passa a ser:

de 8% para quem ganha até R\$ 1.830,29

de 9% para quem ganha entre R\$ 1.830,30 e R\$ 3.050,52

de 11% para quem ganha entre R\$ 3.050,53 a R\$ 6.101,06

Essas alíquotas são relativas aos salários pagos em janeiro e, portanto, deverão ser recolhidas apenas em fevereiro.

2020 não terá dedução no IR da contribuição ao INSS de emprego doméstico

Para os pagamentos a partir de 1º de março, a tabela é a seguinte:

até R\$ 1.039,00: 7,5%

de R\$ 1.039,01 R\$ até 2.089,60: 9%

de R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40: 12%

de R\$ 3.134,41 até R\$ 6.101,06: 14%

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Setor de serviços cai 0,1% em novembro, diz IBGE



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após 2 meses seguidos de alta, o volume do setor de serviços caiu 0,1% em novembro, na comparação com outubro, segundo divulgou nesta terça-feira (14) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já em relação a novembro de 2018, houve crescimento de 1,8%.

No acumulado de janeiro a novembro, porém, o setor registra avanço de 0,9%.

Na semana passada, o IBGE mostrou que a produção industrial caiu 1,2% em novembro, interrompendo uma sequência de 3 altas seguidas.

O **mercado** financeiro manteve a previsão de crescimento de 2,30% para a **economia** brasileira em 2020, segundo a última pesquisa Focus do Banco Central.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Paulo Guedes deve propor a Bolsonaro ajuste na MP do salário mínimo para repor inflação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, deve propor nesta terça-feira (14) ao presidente Jair Bolsonaro ajuste na medida provisória que fixou o valor do **salário** mínimo de 2020 em R\$ 1.039. A ideia é aumentar o valor, para repor a inflação. A decisão final, segundo interlocutores de Guedes, é política e será do presidente.

A equipe do ministro da **Economia** avalia que o melhor caminho é fazer uma mudança na MP já enviada ao Congresso. Ou, então, enviar uma mensagem ao Legislativo para que ele faça a mudança durante a votação da medida.

O mínimo de R\$ 1.039 foi fixado com base numa previsão do INPC de 2019 de 4,1%, mas

ele ficou acima disto, em 4,48%. Com base neste índice, e levando em conta o resíduo de 2018 que a equipe decidiu repassar ao mínimo, ele pode ir para R\$ 1.045 no valor arredondado.

Paulo Guedes terá hoje sua primeira reunião com o presidente depois de retornar de seu período de recesso de final de ano. A agenda está prevista para acontecer no início da tarde.

Técnicos da equipe econômica defendem o ajuste porque os benefícios acima do **salário** mínimo, pagos pela Previdência Social, vão ter uma correção pelo INPC de 4,48%. Ou seja, quem ganha um benefício equivalente ao mínimo ficaria com um reajuste menor, o que não considerado justo pelos assessores de Paulo Guedes.

Além do ajuste na MP do **salário** mínimo, Paulo Guedes vai levar na sua agenda as medidas em estudo para acabar com o represamento na concessão de benefícios da Previdência Social. A ideia do Ministério da **Economia** é anunciar as propostas até amanhã, quarta-feira.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro diz que há 'brecha' para reajustar o salário mínimo pela inflação



Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça-feira (14) que o governo vê uma "brecha" para reajustar o **salário** mínimo pelo menos no mesmo índice da inflação de 2019.

O presidente afirmou ainda que vai ter uma conversa na parte da tarde com o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, para discutir o tema.

"Vou me reunir com o Paulo Guedes agora a tarde. Eu acho que tem brecha para a gente atender... É porque a inflação de dezembro foi atípica por causa do preço da carne. Então vai ser duas da tarde, tenho um despacho com o Paulo Guedes para decidir esse assunto", disse Bolsonaro.

Governo aumenta para 2,40% previsão de alta do PIB em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Ministério da **Economia** elevou nesta terça-feira (14), por meio do Boletim Macrofiscal, a sua previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,32% para 2,40%.

Para o ano de 2019, cujo resultado ainda não foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a previsão de crescimento passou de 0,90% para 1,12%.

O **mercado** financeiro, por sua vez, estima uma alta de 1,17% para o PIB de 201, de 2,3% para 2020 e de 2,5% para 2021. As previsões foram colhidas pelo Banco Central na semana passada, em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

"No segundo semestre de 2019, a **economia** brasileira apresentou sinais mais fortes de recuperação do ritmo de crescimento da atividade. Houve aumento do emprego e da renda, com consequente redução da taxa de desocupação", informou o Ministério da **Economia**.

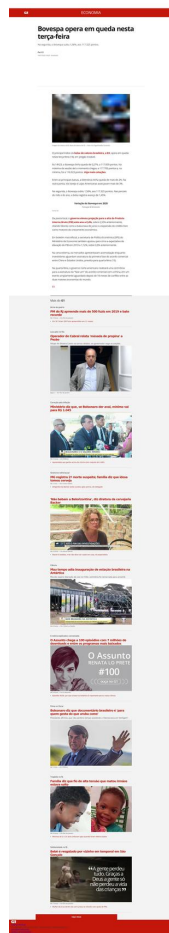
De acordo com a área econômica, as reduções da taxa básica de **juros**, atualmente na mínima histórica de 4,5% ao ano, devem começar a produzir efeitos na atividade econômica no primeiro semestre deste ano, "especialmente a partir do segundo trimestre".

De acordo com o estudo da Secretaria de Política Econômica, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial, a expectativa para este ano passou de 3,53% para 3,62%.

Na semana passada, o **mercado** financeiro estimou um IPCA de 3,58% para 2020.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bovespa opera em queda nesta terça-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: G1

O principal índice da bolsa de valores brasileira, a B3, opera em queda nesta terça-feira (14), em pregão instável.

Às 14h23, o Ibovespa tinha queda de 0,27%, a 117.009 pontos. Na máxima da sessão até o momento chegou a 117.705 pontos e, na mínima, foi a 116.923 pontos. Veja mais cotações.

Entre as principais baixas, a Eletrobras tinha

queda de mais de 2%. Na outra ponta, Via Varejo e Lojas Americanas avançavam mais de 3%.

Na segunda, o Ibovespa subiu 1,58%, aos 117.325 pontos. Nas parciais do mês e do ano, a bolsa registra avanço de 1,45%.

Da pauta local, o governo elevou projeção para a alta do Produto Interno Bruto (PIB) este ano a 2,4%, sobre 2,32% anteriormente, citando fatores como a baixa taxa de **juros** e a expansão do crédito livre como motores do crescimento econômico.

Em boletim macrofiscal, a secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da **Economia** também ajustou para cima a expectativa de elevação do PIB em 2019 a 1,12%, sobre 0,9% anteriormente.

Na cena externa, os mercados apresentavam acomodação enquanto investidores aguardam assinatura da primeira fase do acordo comercial entre China e Estados Unidos, prevista para quarta-feira (15).

Na quarta-feira, o governo norte-americano realizará uma cerimônia para a assinatura da "fase um" do acordo comercial com a China, em um evento amplamente aguardado depois de 18 meses de conflito entre as duas maiores economias do mundo.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Reajuste de aposentadorias muda valores de contribuição para o INSS; saiba quanto você vai pagar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com o reajuste das aposentadorias, oficializado pelo governo nesta terça-feira (14), mudam também as contribuições pagas por cada trabalhador mensalmente ao Instituto Nacional da Previdência Social (INSS).

Os benefícios maiores do que o **salário** mínimo são corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que ficou em 4,48% em 2019.

Assim, o teto dos benefícios do INSS passa de R\$ 5.839,45 para R\$ 6.101,06 a partir de janeiro de 2020. Isso quer dizer que, ainda que o trabalhador receba um **salário** superior a esse valor, a contribuição só será calculada sobre R\$

6.101,06.

Já o piso das aposentadorias, por lei, é sempre o **salário** mínimo, agora em R\$ 1.039,00.

O reajuste dos benefícios reflete diretamente nas faixas de cálculo das contribuições mensais ao INSS, que foram recalculadas pelo governo. Para os salários de janeiro, cuja contribuição deve ser recolhida até 29 de fevereiro, a cobrança a alíquota passa a ser de:

8% para quem ganha até R\$ 1.830,29;

9% para quem ganha entre R\$ 1.830,30 e R\$ 3.050,52;

11% para quem ganha entre R\$ 3.050,53 a R\$ 6.101,06.

Já para os pagamentos a partir de 1º de março, vale a tabela com novas regras definidas na reforma da Previdência. As novas alíquotas são de:

7,5% até um **salário** mínimo (R\$ 1.039,00);

9% para quem ganha entre R\$ 1.039,01 R\$ e 2.089,60.

12% para quem ganha entre R\$ 2.089,61 e R\$ 3.134,40.

14% para quem ganha entre R\$ 3.134,41 e R\$ 6.101,06.

Vale lembrar que com a reforma, essas taxas passarão a ser progressivas, ou seja, cobradas

apenas sobre a parcela do **salário** que se enquadrar em cada faixa, o que faz com que o percentual de fato descontado do total dos ganhos (a alíquota efetiva) seja diferente.

Por exemplo: um trabalhador que ganha R\$ 1.500 mil pagará 7,5% sobre R\$ 1.039 (R\$ 77,92), mais 9% sobre os R\$ 461 que excedem esse valor (R\$ 41,49). Ou seja, no total, ele pagará R\$ 119,41, o que corresponde a 7,96% do seu **salário**.

A pedido do G1, Emerson Lemes, tesoureiro do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), calculou como ficará a contribuição para pessoas com diversos salários. Veja:

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro anuncia reajuste, e salário mínimo passará de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro informou nesta terça-feira (14) que o governo reajustará o valor do **salário** mínimo de R\$ 1.039 para R\$ 1.045. Segundo Bolsonaro, o valor valerá partir de 1º de fevereiro.

O anúncio foi feito em uma entrevista coletiva na sede do Ministério da **Economia**, onde o presidente se reuniu com o ministro Paulo Guedes.

O objetivo com a medida é evitar perdas inflacionárias. Isso porque, ao fixar o valor do **salário** mínimo em R\$ 1.039, o governo se baseou na projeção do **mercado** financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor do

ano passado. O INPC serve de base para o cálculo do **salário** mínimo.

Na semana passada, porém, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o INPC ficou em 4,48%, acima do percentual previsto. Com isso, na prática, o reajuste do mínimo para R\$ 1.039 ficou abaixo da inflação.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o valor do **salário** mínimo serve de referência para 49 milhões de pessoas.

A revisão do valor do **salário** mínimo terá impacto nas contas públicas. Isso ocorre porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o valor do mínimo.

De acordo com cálculos do governo, o aumento de cada R\$ 1 para o **salário** mínimo implica despesa extra em 2020 de aproximadamente R\$ 355,5 milhões.

Considerando um aumento para R\$ 1.045, segundo o secretário-especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues, o impacto será de R\$ 2,13 bilhões a mais, em gastos públicos, em 2020.

De acordo com ele, esse gasto adicional, não considerado anteriormente na aprovação do orçamento deste ano, pode levar o governo a fazer cortes em outras áreas - como forma de não descumprir o teto de gastos e a meta fiscal.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-

RN - ECONOMIA

INSS vai convocar 7 mil militares da reserva para reduzir fila de processos, diz governo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, anunciou nesta terça-feira (14) que 7 mil militares da reserva vão reforçar o atendimento no INSS. A ideia é zerar, em até seis meses, a fila de quase 2 milhões de pedidos represados.

O governo também quer restringir a cessão de servidores do INSS a outros órgãos, e instalar uma força-tarefa para a perícia dos 1.514 servidores que estão afastados do instituto. O anúncio foi feito após reunião do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, com Marinho e a equipe econômica nesta segunda (13).

"A ideia é que esses militares possam ingressar

no atendimento, nos postos de atendimento, para permitir que os profissionais, que os funcionários do INSS nos ajudem na análise dos documentos, dos processos, e agilizem essa análise", declarou Marinho.

Hoje, quase 2 milhões de pedidos de brasileiros aguardam uma resposta do INSS para aposentadorias e outros benefícios, como **salário**-maternidade e auxílio-doença. Desses, 500 mil estão a espera de documentos que dependem do segurado, mas o restante (quase 1,5 milhão) está parado por falha no sistema.

Na última semana, o próprio presidente do instituto, Renato Vieira, admitiu que a situação só deveria ser regularizada nos próximos seis meses.

O problema teve início no fim de 2019 e se mantém até então, dois meses após a promulgação da reforma da Previdência. Até agora, o sistema não foi adaptado às mudanças - uma das razões para a fila nos pedidos de aposentadoria.

Todos os pedidos são feitos em fila única, ordenada de forma cronológica. Com isso, não há uma separação entre os processos mais simples, que poderiam tramitar de forma ágil, e aqueles mais complexos. Segundo o governo, isso é feito para evitar uso político na concessão dos benefícios.

Em 2019, o Ministério da **Economia** autorizou o remanejamento de 319 servidores da Infraero e de 62 da Valec para reforçar o quadro de funcionários do INSS. Por meio de nota nesta

segunda-feira (13), a pasta informou que apenas 80 servidores da Infraero foram remanejados, além dos 62 da Valec. 'O restante dos 319 estão sendo remanejados aos poucos', disse o ministério.

Na mesma nota, a pasta informou que o governo estuda medidas para acelerar a análise de benefícios do INSS 'sem a realização de concurso público'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo anuncia salário mínimo a R\$ 1.045 a partir de fevereiro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro decidiu aumentar uma segunda vez o **salário** mínimo de 2020 para repor integralmente as perdas com a inflação do ano passado.

Nesta terça-feira (14) pela manhã, na saída do Palácio da Alvorada, o presidente Jair Bolsonaro disse que conversaria com o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, para acertar o novo valor do **salário** mínimo.

Depois de uma reunião no Palácio do Planalto e de uma outra conversa no Ministério da **Economia**, Bolsonaro anunciou que vai mandar uma nova medida provisória ao Congresso com mais R\$ 6 de reajuste no **salário** mínimo: 'nós

tivemos uma inflação atípica em dezembro, não esperávamos que fosse tão alta assim, em virtude basicamente da carne, e tínhamos que fazer com que o valor do **salário** mínimo fosse mantido. Então, ele passa, via medida provisória, de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 a partir de 1º de fevereiro'.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC, referência para o reajuste do **salário** mínimo, ficou em 4,48%, acima dos 4,1% que o governo levou em conta para reajustar o mínimo há 15 dias. Assim, o **salário**-mínimo, que havia sido reajustado de R\$ 998 para R\$ 1.039, passou para R\$ 1.045.

O ministro da **Economia** disse que esse aumento vai custar R\$ 2,3 bilhões aos cofres públicos, porque ele tem impacto direto sobre os benefícios da Previdência, que são calculados de acordo com o valor do **salário** mínimo. Mas Paulo Guedes informou que não será preciso remanejar dinheiro de uma outra área do orçamento porque o governo conta com uma arrecadação extra para 2020: 'nós já vamos arrecadar mais de R\$ 8 bilhões, não é aumento de imposto, não é nada disso. São fontes que estamos procurando, vamos anunciar possivelmente dentro de uma semana'.

O especialista em finanças Raul Velloso diz que o novo reajuste impacta as contas públicas, mas é uma forma de distribuição de renda que deve ajudar a aquecer a **economia**: 'numa fase como a que nós estamos, além do **salário** mínimo, no caso, e sempre atender aos mais pobres, aos que mais necessitam, a **economia** está desaquecida, há muito desemprego, e qualquer

ingestão que for dada neste momento para a atividade econômica será benéfica para melhorar essa situação de desemprego e baixo crescimento'.

O governo também corrigiu pela inflação as aposentadorias e pensões do INSS dos segurados que recebem acima do **salário** mínimo. O teto do INSS passou para R\$ 6.101.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Como a personalidade e os talentos podem levar ao sucesso no mercado de trabalho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Nem todos os profissionais estão satisfeitos em sua carreira e essa frustração vem da certeza de não estar no lugar de trabalho mais adequado. Além disso, a maioria acredita que apenas o esforço vai alavancá-los para o topo de suas ocupações.

Uma pesquisa realizada com 1.058 participantes (53% acima de 35 anos e 59% com nível superior) pela Pactive Consultoria, empresa liderada pelo consultor e autor Eduardo Ferraz, revela que 89% deles, independente da faixa etária e nível de escolaridade, acreditam na frase: 'Você pode obter sucesso profissional em qualquer área, basta esforço'.

Eduardo Ferraz afirma que é possível o profissional encontrar o sucesso no **mercado** de trabalho, mas não pelo esforço, e sim pela busca do autoconhecimento e dos pontos fortes.

Confira abaixo 6 dicas do especialista:

Todos temos perfis comportamentais que parecem que vêm de berço. Alguns são mais tímidos, outros mais falantes, alguns preferes resolver problemas com criatividade e outros precisam de processos e uma certa organização para poderem pensar. Isso não é ensinado em nenhuma escola: simplesmente faz parte de quem somos. 'Para se posicionar no lugar mais adequado, é fundamental que você conheça seu perfil comportamental, que reflete na maneira como você interage com o mundo ao seu redor', diz Ferraz.

Segundo ele, existem diversos testes que analisam seu perfil e o mais famoso deles é o DISC, criado em 1928 pelo PhD em psicologia William Marston, que traça a personalidade por meio de quatro grandes características: dominância, influência, estabilidade e conformidade. Apesar de antiga, a teoria tem sido aprimorada e continua válida.

É absolutamente necessário ter um bom motivo para sair da cama todos os dias. Para Ferraz, existem quatro principais fatores que motivam os trabalhadores: dinheiro, segurança no emprego, constante aprendizado e o reconhecimento social. Antes de decidir por sua área e em qual empresa trabalhar, é preciso, então, conversar com quem já está inserido no **mercado** para entender quais dos fatores são

oferecidos.

'Antes de aceitar uma proposta de emprego, é preciso pesquisar como a empresa funciona. Depois da última entrevista de seleção, você deve pedir para conversar com algumas pessoas da empresa. Procure descobrir há quanto tempo trabalham os funcionários mais antigos. Analise o perfil de quem tem dado certo, como são a cultura e os benefícios oferecidos, quem são os clientes, qual é o histórico da empresa e sua reputação no **mercado**', diz.

Ferraz cita um conceito do escritor Geoff Colvin para talentos: 'Aptidões naturais para fazer alguma coisa melhor do que a maioria das pessoas e de maneira consistente'. 'Ou seja: é algo que fazemos bem feito, sem esforço e com bons resultados. Quando identificamos e aprimoramos nossos talentos, os resultados aparecem com maior rapidez, a carreira evolui e nos tornamos cada vez mais produtivos', diz.

Segundo ele, existem pelo menos dez talentos aplicáveis em diversas carreiras ou profissões: artístico-corporal, esportivo, relacional, espacial, naturalista, linguístico, lógico-matemático, empreendedor, executor e o criativo-intuitivo.

Em qualquer profissão, é necessário trabalhar com uma mistura de qualquer um deles, mas é claro que a maior aptidão em uma ou outra área será mais adequada para determinadas carreiras. É imperativo, então, saber em quais áreas você mais se destaca e entender que ninguém é bom em tudo: focar nos seus talentos será primordial para escolher a carreira que trará mais sucesso e autorrealização.

Enquanto talentos e perfis comportamentais são qualidades quase imutáveis, nossas atitudes estão sempre sob nosso comando. Segundo ele, são muitos os costumes positivos, como disposição, pontualidade, determinação para aprender, proatividade, resiliência, profissionalismo, temperança e altruísmo, e não devem ser subestimados.

Para Ferraz, o esforço para apresentá-los é o grande diferencial. 'Boas atitudes funcionam também como um atenuante para alguns de nossos defeitos, pois as pessoas aceitam melhor nossas falhas quando percebem que temos atitudes positivas que compensam', diz.

O foco deve estar nas fortalezas, mas as fraquezas e os pontos a serem melhorados também devem ser analisados com carinho ou maquiados ao máximo, segundo Ferraz. 'Quando você atenua ou diminui seus pontos limitantes, seus pontos fortes aparecem com mais intensidade, já que na maioria das vezes as pessoas percebem mais facilmente os erros que os acertos', diz.

'Por isso, não se acomode e neutralize o que estiver limitando sua carreira. Procure ficar atento às situações em que suas fraquezas costumam aparecer. Isso o ajudará a percebê-los enquanto ainda não causaram problemas graves e ficará mais fácil diminuir sua intensidade.'

Ele indica buscar ajuda quando necessário. Se os pontos limitantes incluem a apatia ou a instabilidade emocional, por exemplo, talvez seja o caso de buscar um psicólogo. Em outros casos, como a procrastinação ou a dificuldade de organização, há muitas opções de cursos que podem oferecer auxílio.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA**

Prazo para negociação de dívidas do ICMS e IPVA termina nesta quarta-feira



Prazo para negociação de dívidas do ICMS e IPVA termina nesta quarta-feira

A medida visa aquecer a economia auxiliando os empresários na regularização das empresas, além de elevar a arrecadação do Estado.

Na 0118

10/01/2020 - 10h00

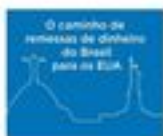


Publicado em 10/01/2020 às 10h00

Esta quarta-feira (15) é o último dia para aderir ao Programa de Renegociação de Dívidas de ICMS e IPVA (Refis 2019) com descontos em multas e juros.

A medida do Governo do Estado é aquecer a economia auxiliando os empresários na regularização das empresas, além de elevar a arrecadação do Estado.

A negociação pode ser feita acessando o site da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). Com a iniciativa, os débitos podem ser pagos à vista ou



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

pagamentos à vista.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Esta quarta-feira (15) é o último dia para aderir ao Programa de Renegociação de Dívidas de ICMS e IPVA (Refis 2019) com descontos em multas e **juros**.

A medida do Governo do Estado é aquecer a **economia** auxiliando os empresários na regularização das empresas, além de elevar a arrecadação do Estado.

A negociação pode ser feita acessando o site da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). Com a iniciativa, os débitos podem ser pagos à vista ou parcelados, em até 120 meses. O Refis oferece ainda redução de até 95% da multa e 80% dos **juros**. Os descontos se aplicam para

Estado vai receber R\$ 180 milhões do banco Daycoval. Dinheiro será usado para pagar folha de novembro de 2018 para quem ainda não recebeu. Tesouro afirma, porém, que não foi procurado

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Governo do Rio Grande do Norte ainda espera um pronunciamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para concluir a operação de crédito que fechou com o Banco Daycoval no início do mês passado. Pelo acordo, o banco vai emprestar R\$ 180 milhões ao governo, tendo como garantia de pagamento os royalties de petróleo e gás a serem recebidos pelo Estado entre janeiro de 2020 e setembro de 2022. Na semana passada, a gestão da governadora Fátima Bezerra disse que esperava o aval do Tesouro para fechar o empréstimo e, com os recursos, pagar parte dos salários dos servidores que continuam atrasados. O governo espera usar uma fatia do dinheiro para depositar os vencimentos de novembro de 2018 para os funcionários que ainda não receberam. A Secretaria do Tesouro Nacional disse ao Agora RN, contudo, que não recebeu pedido de análise por parte do Governo do Estado. 'Desse modo, não há solicitação do Estado do RN para contratação de operação de crédito em comento em análise pelo Tesouro', informou o órgão, que é ligado ao Ministério da **Economia**. Por esse motivo, não é possível determinar se existe algum impedimento na STN para que o Estado não faça o empréstimo. Só com a formalização do pedido de alguma pendência. Um problema que poderia impedir a operação é a inscrição do Governo do Estado em três cadastros de inadimplência: o Cauç (Cadastro Único de Convênios), o Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor ma Integrado de Administração Financeira).

AGORA | CORREIO DO NORDESTE | 15/01/2020 | Política | 3

Impasse

Governo do RN espera aval do Tesouro para fechar empréstimo

Estado vai receber R\$ 180 milhões do banco Daycoval. Dinheiro será usado para pagar folha de novembro de 2018 para quem ainda não recebeu. Tesouro afirma, porém, que não foi procurado

O Governo do Rio Grande do Norte ainda espera que pronunciamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para concluir a operação de crédito que fechou com o Banco Daycoval no início do mês passado.

Pelo acordo, o banco vai emprestar R\$ 180 milhões ao governo, tendo como garantia de pagamento os royalties de petróleo e gás a serem recebidos pelo Estado entre janeiro de 2020 e setembro de 2022.

Na semana passada, a gestão da governadora Fátima Bezerra disse que esperava o aval do Tesouro para fechar o empréstimo e, com os recursos, pagar parte dos salários dos servidores que continuam atrasados. O governo espera usar uma fatia do dinheiro para depositar os vencimentos de novembro de 2018 para os funcionários que ainda não receberam.

A Secretaria do Tesouro Nacional disse ao Agora RN, contudo, que não recebeu pedido de análise por parte do Governo do Estado. 'Desse modo, não há solicitação do Estado do RN para contratação de operação de crédito em comento em análise pelo Tesouro', informou o órgão, que é ligado ao Ministério da Economia.

Por esse motivo, não é possível determinar se existe algum impedimento na STN para que o Estado não faça o empréstimo. Só com a formalização do pedido de alguma pendência. Um problema que poderia impedir a operação é a inscrição do Governo do Estado em três cadastros de inadimplência: o Cauç (Cadastro Único de Convênios), o Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor ma Integrado de Administração Financeira).



Estado vai pagar R\$ 38 milhões em juros

O acordo prevê o pagamento de R\$ 38 milhões em juros, a serem pagos em 12 parcelas mensais de R\$ 3,1 milhões, a partir de maio de 2020.

Os juros são pagos sobre o valor principal de R\$ 180 milhões, com uma taxa de 10% ao ano.

O empréstimo é garantido por royalties de petróleo e gás a serem recebidos pelo Estado entre janeiro de 2020 e setembro de 2022.

O acordo prevê o pagamento de R\$ 38 milhões em juros, a serem pagos em 12 parcelas mensais de R\$ 3,1 milhões, a partir de maio de 2020.

Os juros são pagos sobre o valor principal de R\$ 180 milhões, com uma taxa de 10% ao ano.

O empréstimo é garantido por royalties de petróleo e gás a serem recebidos pelo Estado entre janeiro de 2020 e setembro de 2022.

Para saber mais

Bolsonaro eleva salário mínimo para R\$ 1.045

O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta terça-feira (14) que o salário mínimo será reajustado para R\$ 1.045 em 2020.

O reajuste representa um aumento de 6,5% em relação ao valor de R\$ 980 vigente em 2019.

O novo valor será aplicado a partir de 1º de janeiro de 2020.

O anúncio foi feito durante uma coletiva de imprensa na Casa Branca.

Bolsonaro disse que o aumento do salário mínimo é uma medida para estimular o consumo e gerar empregos.

Ele também afirmou que o novo valor será aplicado a todos os trabalhadores em regime de carteira assinada.

O reajuste também se aplica aos trabalhadores em regime de contratação temporária e aos trabalhadores em regime de contratação por prazo determinado.

O novo valor também se aplica aos trabalhadores em regime de contratação por prazo determinado.

O reajuste também se aplica aos trabalhadores em regime de contratação por prazo determinado.

R\$ 180 mi

O acordo prevê o pagamento de R\$ 180 milhões em juros, a serem pagos em 12 parcelas mensais de R\$ 3,1 milhões, a partir de maio de 2020.

Os juros são pagos sobre o valor principal de R\$ 180 milhões, com uma taxa de 10% ao ano.

O empréstimo é garantido por royalties de petróleo e gás a serem recebidos pelo Estado entre janeiro de 2020 e setembro de 2022.

Estado vai pagar R\$ 38 milhões em **juros**

royalties, houve experiências negativas.

De acordo com a Seplan, o empréstimo será de R\$ 180 milhões, pago em 33 meses. O pagamento começaria já em janeiro, a operação terá custado cerca de R\$ 218 milhões. Os **juros** do empréstimo anual de 11,35% com outra taxa variável (tendo como base a CDI, hoje em 4,9%). 'A tendência é que a CDI caia nos próximos meses, mas voltando depois à sua trajetória. Então, a taxa fica razoável fica em 16,25%, a 1,26% por neiro de 2020. Ao final do pagamento serão a soma de uma taxa fixa e uma taxa controlada. A taxa hoje mês. Vamos pagar em torno de R\$ 38 milhões de **juros**', ressaltou o secretário Aldemir Freire (Seplan), em entrevista ao Agora RN em dezembro. Esta operação de crédito envolvendo royalties de petróleo e gás foi a segunda tentativa do governo em seis meses de antecipar os recursos. Em abril de 2019, a concorrência deu deserta, ou seja, nenhuma insinuação em emprestar dinheiro ao Estado. O secretário de Planejamento e Finanças do Governo do Estado explica que o formato da operação foi alterado. Na primeira tentativa, o governo pedia um valor emprestado e, em troca, propunha repassar ao banco os direitos de obtenção dos royalties. Pelo acordo, o banco receberia todos os royalties de 2019 a 2022, independentemente do valor - até o teto de R\$ 400 milhões. Na prática, era realmente uma 'antecipação' de royalties. Era uma operação arriscada porque a arrecadação nos próximos meses pode sofrer variações, para mais ou menos. Agora, trata-se de um empréstimo com taxa de **juros** e redos. Os royalties entram como garantia de pagamento. Para os bancos, a operação é mais segura, explica Aldemir Freire, até porque, em outros estados onde foi feita a antecipação de

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

GOVERNO ELEVA SALÁRIO MÍNIMO PARA R\$ 1.045



mínimo fosse mantido, então ele passa, via medida provisória, de R\$ 1.039 para R\$ 1.045, a partir de 1º de fevereiro', afirmou Bolsonaro no Ministério da **Economia**, ao lado de Guedes. Presidente e ministro se reuniram duas vezes ao longo do dia para debaterem o assunto.



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

No final do ano passado, o governo editou uma MP com um reajuste de 4,1% no mínimo, que passou de R\$ 998 para R\$ 1.039. O valor correspondia à estimativa do **mercado** financeiro para a inflação de 2019, segundo o Índice Nacional do Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, o valor do INPC acabou fechando o ano com uma alta superior, de 4,48%, anunciada na semana passada e, com isso, deixou o novo valor do mínimo abaixo da inflação. Por lei, esse é o índice usado para o reajuste do **salário** mínimo, embora a inflação oficial seja a medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou o ano de 2019 em 4,31%.

GOVERNO ELEVA SALÁRIO MÍNIMO PARA R\$ 1.045

Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, anunciaram na tarde de hoje (14), em Brasília, que o **salário** mínimo de 2020 será elevado de R\$ 1.039 para R\$ 1.045. Uma medida provisória (MP) editada pelo presidente para oficializar o aumento.

'Nós tivemos uma inflação atípica em dezembro, a gente não esperava que fosse tão alta assim, mas foi em virtude, basicamente, da carne, e tínhamos que fazer com que o valor do **salário**

'Nós vamos ter que achar os recursos para fazer isso, mas o mais importante é o espírito que o presidente defendeu, da carta constitucional, que é a preservação do poder de compra do **salário** mínimo', afirmou Paulo Guedes. Segundo o ministro, com o novo aumento, o impacto nas contas públicas será de cerca de R\$ 2,3 bilhões, que poderão ser compensados com uma arrecadação extra prevista pelo governo de R\$ 8 bilhões.

'Nós já temos, eu prefiro não falar da natureza do ganho, que vai ser anunciado possivelmente

em mais uma semana, nós já vamos arrecadar mais R\$ 8 bilhões. Não é aumento de imposto, não é nada disso. São fontes que estamos procurando, nós vamos anunciar R\$ 8 bilhões que vão aparecer, de forma que esse aumento de R\$ 2,3 bilhões vai caber no orçamento', informou o ministro. Ainda segundo ele, caso não seja possível cobrir o aumento de gasto no orçamento para custear o valor do mínimo, o governo não descarta algum contingenciamento.

O governo estima que, para cada aumento de R\$ 1 no **salário** mínimo, as despesas elevam-se em R\$ 355,5 milhões, principalmente por causa do pagamento de benefícios da Previdência Social, do abono salarial e do seguro-desemprego, todos atrelados ao mínimo.

Deixar uma Resposta

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro anuncia reajuste, e salário mínimo passará de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 em fevereiro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Por Danilo Evaristo em Notas

Bolsonaro anuncia reajuste, e **salário** mínimo passará de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 em fevereiro

Por Alexandro Martello, G1

O presidente Jair Bolsonaro informou nesta terça-feira (14) que o governo reajustará o valor do **salário** mínimo de R\$ 1.039 para R\$ 1.045. Segundo Bolsonaro, o valor valerá partir de 1º de fevereiro.

O anúncio foi feito em uma entrevista coletiva na sede do Ministério da **Economia**, onde o

presidente se reuniu com o ministro Paulo Guedes. Segundo Bolsonaro, o reajuste será feito via medida provisória, ato que tem força de lei imediatamente.

'Uma reunião tranquila, coordenada pelo Paulo Guedes. Tivemos uma inflação atípica em dezembro. Não esperávamos que ela fosse tão alta assim. Foi basicamente da carne, e tínhamos que fazer com que o valor do **salário** mínimo fosse mantido. Então, ele passa, via medida provisória, de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 a partir de 1º de fevereiro', afirmou o presidente.

O objetivo com a medida é evitar perdas inflacionárias. Isso porque, ao fixar o valor do **salário** mínimo em R\$ 1.039, o governo se baseou na projeção do **mercado** financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor do ano passado. O INPC serve de base para o cálculo do **salário** mínimo.

Compartilhe:

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes deve autorizar nova alta do salário mínimo para repor inflação de 2019



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Guedes deve autorizar nova alta do **salário** mínimo para repor inflação de 2019

Fotos: Pedro Ladeira/Folhapress

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, deve autorizar um novo aumento do **salário** mínimo no país para valor acima dos R\$ 1.039 já definidos. O objetivo é recompor integralmente a inflação de 2019.

O tema foi tratado em reunião de abertura do ano com secretários nesta segunda-feira (13) e ainda será discutido com o presidente Jair Bolsonaro.

Ainda não há definição sobre como esse aumento seria operacionalizado. Uma das possibilidades é enviar uma sugestão ao Congresso, que ainda vai votar a MP (Medida Provisória) que definiu o valor do mínimo e pode fazer alterações no texto.

A Constituição determina que o **salário** mínimo tenha reajustes periódicos que preservem o poder aquisitivo do trabalhador.

Neste ano, a estimativa do governo que levou ao aumento de R\$ 998 para R\$ 1.039 considerou uma inflação mais baixa do que a anunciada oficialmente na semana passada.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 2019, que ficou em 4,48%.

O percentual veio acima dos 3,86% estimados no fim de dezembro pelo governo ao determinar o valor para o mínimo.

Levando em conta o cálculo usado pela equipe econômica, que parte de R\$ 999,91 ao considerar um resíduo de inflação de 2018, o valor chegaria a R\$ 1.044,70 usando o INPC integral de 2019.

Como a cifra é arredondada ao entrar em vigor, o **salário** mínimo em 2020 deveria ser de R\$ 1.045.

No caso de o reajuste ter sido feito sobre R\$ 998, valor anterior do mínimo que desconsidera esse resíduo, a cifra ficaria em R\$ 1.043.

Pelos cálculos da equipe econômica, para cada R\$ 1 de aumento no **salário** mínimo, os gastos públicos federais são elevados em R\$ 319 milhões.

Isso ocorre porque o governo amplia despesas atreladas ao mínimo, como benefícios previdenciários, abono salarial, seguro-desemprego e benefícios assistenciais a idosos e deficientes. O valor também considera um pequeno aumento de arrecadação.

A Folha mostrou na semana passada que, se o governo Jair Bolsonaro optar não elevar o mínimo para R\$ 1.045, a **economia** pode ser de até R\$ 1,9 bilhão em gastos públicos neste ano.

Após a divulgação de que a inflação oficial do ano passado foi maior do que a levada em conta para reajustar o piso salarial do país, o Ministério da **Economia** não informou se fará um novo aumento ou se manterá o valor defasado em 2020.

Folha de S. Paulo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo aumenta projeção de crescimento do PIB para 2,40% em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Governo aumenta projeção de crescimento do PIB para 2,40% em 2020

Fotos: Arquivo/Agência Brasil

O governo aumentou a projeção para o crescimento da **economia** para 2019 e 2020. A estimativa do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) de 2019 foi revisada de 0,90% para 1,12%. Para 2020, a previsão é que o PIB tenha expansão de 2,40%, ante a previsão de 2,32%.

As estimativas estão no Boletim Macroeconômico, da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da **Economia**, divulgado hoje (14).

De acordo com a pasta, os indicadores de atividade têm apresentado resultados acima da expectativa de **mercado**, especialmente nos setores de serviços, comércio e construção civil, o que explica as revisões para cima das projeções para o crescimento econômico. A liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também foi fundamental para estimular a **economia**.

'No segundo semestre de 2019, uma parcela fundamental da retomada do crescimento veio dos estímulos dados pela liberação de recursos do FGTS, que deve se estender ao longo do primeiro trimestre de 2020. Além disso, a criação do saque-aniversário tem o potencial de mudar as perspectivas nos mercados de trabalho e crédito, impulsionando a **economia** nos próximos anos', diz o boletim.

Emprego e crédito

O Ministério da **Economia** destaca ainda que há um crescimento na criação de empregos formais, o que, historicamente, leva a uma aceleração na previsão de crescimento do PIB. 'O emprego formal tem apresentado aceleração nos últimos meses, dando sinais de aquecimento da **economia**, o que é fundamental para a atividade, uma vez que a produtividade no setor formal é maior que a do setor informal.'

De acordo com a pasta, uma das fontes importantes para o aumento da atividade e da produtividade foi a expansão consistente do crédito livre (em que os bancos têm autonomia

para emprestar o dinheiro captado no **mercado** e para definir as taxas de **juros**) às famílias e às empresas, que é alocado para investimentos com maior retorno.

A substituição do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural e de infraestrutura) pelo crédito livre, segundo o ministério, também contribui para a redução efetiva dos **juros** de equilíbrio, mais participação social no sistema financeiro e está em linha com a política liberal do governo.

'A redução das taxas de **juros** deve começar a apresentar efeitos na atividade no primeiro semestre de 2020, especialmente a partir do segundo trimestre. A aprovação da Nova Previdência e as demais medidas de ajuste fiscal contribuíram para a redução substancial do risco país, levando à redução dos **juros** reais de equilíbrio, possibilitada pelas expectativas de inflação ancoradas e cadentes', diz o boletim.

Diante dos dados apresentados, para o governo a retomada de produtividade pode não ser imediata, mas está garantida. 'As medidas estruturais de ajuste fiscal, redução de direcionamento de crédito, eliminação de custos e cunhas ao setor privado e no **mercado** de trabalho produzirão efeitos permanentes na produtividade e na renda do país.'

Inflação

O boletim divulgado hoje também traz a previsão para a inflação de 2019, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplio (IPCA), que subiu de 3,26% para 4,14%. 'O principal responsável pela forte alteração foi o subgrupo 'alimentação no domicílio', impactada sobretudo pela pressão sobre o preço de carnes. A elevação do preço da carne brasileira se deve ao forte aumento de demanda chinesa, que busca suprir as perdas da produção interna, resultantes de gripe suína (proteína muito consumida pelos chineses)', diz o boletim.

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmou a elevação da inflação, que fechou o ano de 2019 em 4,31%.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro vai convocar militares da reserva para tentar zerar fila do INSS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Bolsonaro vai convocar militares da reserva para tentar zerar fila do INSS

Fotos: Tânia Rêgo/Agência Brasil

O secretário especial da Previdência, Rogério Marinho, anunciou que o governo vai convocar 7 mil militares da reserva para tentar reduzir a fila do INSS. A ideia é que o pacote seja implementado até abril e, com isso, a fila de quase 2 milhões de pedidos represados seja resolvida até setembro.

O governo também quer restringir a cessão de servidores do INSS a outros órgãos, e instalar uma força-tarefa para a perícia dos 1.514

servidores que estão afastados do instituto. O anúncio foi feito após reunião do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, com Marinho e a equipe econômica nesta segunda (13).

"A ideia é que esses militares possam ingressar no atendimento, nos postos de atendimento, para permitir que os profissionais, que os funcionários do INSS nos ajudem na análise dos documentos, dos processos, e agilizem essa análise", declarou Marinho.

Mesmo após setembro, segundo o secretário, não há expectativa de que o estoque de processos pendentes seja zerado por completo. A meta, diz Marinho, é que os casos não fiquem acumulados - ou seja, que o número de novos pedidos seja similar ao número de processos concluídos.

"O estoque não será zerado. Você tem 988 mil pedidos que entram todos os meses, não dá para zerar estoque. O que a gente está dizendo é que pretende que todo mês, até setembro, outubro, a gente tenha aí esse número de requerimentos da mesma quantidade que temos capacidade de processar. É isso que a gente quer", explicou.

O secretário informou, ainda, que o pacote de ações custará R\$ 14,5 milhões por mês. O valor inclui a gratificação dos militares - que, por lei, equivale a 30% adicionais sobre a aposentadoria na reserva.

Hoje, quase 2 milhões de pedidos de brasileiros aguardam uma resposta do INSS para aposentadorias e outros benefícios, como

salário-maternidade e auxílio-doença. Desses, 500 mil estão a espera de documentos que dependem do segurado, mas quase 1,5 milhão estão parados por falha no sistema.

Com informações do G1.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo deve autorizar novo reajuste do salário mínimo para repor a inflação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça-feira (14) que o governo deve autorizar um novo reajuste para o **salário** mínimo de 2020, para repor a inflação de 2019.

O cálculo do governo que elevou o valor de R\$ 998 para R\$ 1.039 considerou uma inflação mais baixa do que a registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou 2019 com alta de 4,48%, de acordo com os dados divulgados na semana passada.

Por lei, esse é o índice usado para o reajuste do

salário mínimo, embora a inflação oficial seja a medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou o ano de 2019 em 4,31%.

Veja mais:

Reajuste do **salário** mínimo para 2020 fica abaixo da inflação

A alta no preço da carne teve um peso grande no aumento dos indicadores. Nesta tarde, Bolsonaro vai se reunir com o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, para definir o novo valor e como a medida será encaminhada ao Congresso, que ainda precisa votar a Medida Provisória que definiu o primeiro valor do **salário** mínimo.

'Acho que tem brecha para a gente atender [o reajuste]. A inflação de dezembro foi atípica [com] pico por causa do preço da carne. A ideia é [repor] a inflação, o mínimo, né?! Agora, cada um real [de reajuste] aumenta mais ou menos R\$ 300 milhões no orçamento. A barra é pesada. Apesar de ser pouco o aumento, R\$ 4 ou R\$ 5, mas tem que recompor', disse o presidente ao deixar o Palácio da Alvorada na manhã desta terça-feira.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo reajusta em 4,48% aposentadoria acima do mínimo; teto sobe para R\$ 6.101,06



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: padua

O governo federal oficializou nesta terça-feira (14) o reajuste de 4,48% para aposentados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem acima de 1 **salário** mínimo, de acordo com portaria do Ministério da **Economia** publicada no 'Diário Oficial da União'.

Com a oficialização do reajuste, o teto dos benefícios do INSS passa de R\$ 5.839,45 para R\$ 6.101,06 a partir de janeiro de 2020.

Pela legislação federal, o índice de reajuste do benefício de aposentados e pensionistas que recebem valor superior ao do **salário** mínimo é

definido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior.

Em 2019, o INPC ficou em 4,48%, conforme divulgou na sexta-feira (10) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

'A partir de 1º de janeiro de 2020, o **salário** de benefício e o **salário** de contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 1.039,00, nem superiores a R\$ 6.101,06', fixa a portaria.

Pela lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo INSS não podem ser inferiores a 1 **salário** mínimo.

Neste ano, o reajuste concedido foi maior que o do **salário** mínimo, que em 2020 aumentou 4,1%, passando de R\$ 998 para R\$ 1.039, não repondo a inflação do ano passado. Para definir o valor de R\$ 1.039, o governo usou a previsão do **mercado** financeiro para o INPC, que, no entanto, acabou ficando acima do previsto.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Guedes avalia autorizar recomposição do salário mínimo deste ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: www.potenginainternet.com

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, estuda autorizar uma recomposição do **salário** mínimo no país para valor acima dos R\$ 1.039 já definidos. O objetivo é recompor integralmente a inflação de 2019.

Ministro da **Economia**, Paulo Guedes. | Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

O tema foi tratado em reunião de abertura do ano com secretários nesta segunda-feira (13). Ainda não há definição sobre como esse aumento seria operacionalizado. Uma das possibilidades é enviar uma sugestão ao

Congresso, que ainda vai votar a Medida Provisória que definiu o valor do mínimo e pode fazer alterações no texto.

A Constituição determina que o **salário** mínimo tenha reajustes periódicos que preservem o poder aquisitivo do trabalhador.

Neste ano, a estimativa do governo que levou ao aumento de R\$ 998 para R\$ 1.039 considerou uma inflação mais baixa do que a anunciada oficialmente na última semana.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou o INPC (Índice Nacional de Preços ao Mercado) de 2019, que ficou em 4,48%. O percentual veio acima dos 3,86% estimados no fim de dezembro pelo governo ao determinar o valor de R\$ 1.039 para o mínimo.

Levando em conta o cálculo usado pela equipe econômica, que parte de R\$ 999,91 ao considerar um resíduo de inflação de 2018, o valor chegaria a R\$ 1.044,70 usando o INPC integral de 2019. Como a cifra é arredondada ao entrar em vigor, o **salário** mínimo em 2020 deveria ser de R\$1.045.

No caso de o reajuste ter sido feito sobre R\$ 998, valor anterior do mínimo que desconsidera esse resíduo, a cifra ficaria em R\$ 1.043.

Pelos cálculos da equipe econômica, para cada R\$ 1 de aumento no **salário** mínimo, os gastos públicos federais são elevados em R\$ 319 milhões. Isso porque o governo amplia despesas atreladas ao mínimo, como benefícios previdenciários, abono salarial, seguro-

desemprego e benefícios assistenciais a idosos e deficientes. O valor também considera um pequeno aumento de arrecadação.

FOLHAPRESS

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro anuncia reajuste, e salário mínimo passará de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 em fevereiro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

G1

O presidente Jair Bolsonaro informou nesta terça-feira (14) que o governo reajustará o valor do **salário** mínimo de R\$ 1.039 para R\$ 1.045. Segundo Bolsonaro, o valor valerá partir de 1º de fevereiro.

O anúncio foi feito em uma entrevista coletiva na sede do Ministério da **Economia**, onde o presidente se reuniu com o ministro Paulo Guedes. Segundo Bolsonaro, o reajuste será feito via medida provisória, ato que tem força de lei imediatamente (leia detalhes mais abaixo).

'Uma reunião tranquila, coordenada pelo Paulo Guedes. Tivemos uma inflação atípica em dezembro. Não esperávamos que ela fosse tão alta assim. Foi basicamente da carne, e tínhamos que fazer com que o valor do **salário** mínimo fosse mantido. Então, ele passa, via medida provisória, de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 a partir de 1º de fevereiro', afirmou o presidente.

O objetivo com a medida é evitar perdas inflacionárias. Isso porque, ao fixar o valor do **salário** mínimo em R\$ 1.039, o governo se baseou na projeção do **mercado** financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor do ano passado. O INPC serve de base para o cálculo do **salário** mínimo.

Na semana passada, porém, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o INPC ficou em 4,48%, acima do percentual previsto. Com isso, na prática, o reajuste do mínimo para R\$ 1.039 ficou abaixo da inflação.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o valor do **salário** mínimo serve de referência para 49 milhões de pessoas.

Segundo o ministro Paulo Guedes, o 'espírito' do anúncio desta terça-feira é garantir o poder de compra do **salário** mínimo.

'O presidente manteve esse espírito. O presidente já tinha aumentado em R\$ 2 em janeiro acima da inflação para pagar justamente um erro cometido no ano passado. A inflação

veio um pouco acima também [do esperado] e [o **salário** mínimo] ficou R\$ 2 abaixo no ano inteiro [de 2019]. Para não repetir isso, o presidente falou: 'Vamos já corrigir a partir de fevereiro', declarou Guedes.

Impacto nas contas públicas

A revisão do valor do **salário** mínimo terá impacto nas contas públicas. Isso ocorre porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o valor do mínimo.

De acordo com cálculos do governo, o aumento de cada R\$ 1 para o **salário** mínimo implica despesa extra em 2020 de aproximadamente R\$ 355,5 milhões.

Considerando o aumento para R\$ 1.045, segundo o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, o impacto será de R\$ 2,3 bilhões.

De acordo com ele, esse gasto adicional, não considerado anteriormente na aprovação do orçamento deste ano, pode levar o governo a fazer cortes em outras áreas - como forma de não descumprir o teto de gastos e a meta fiscal.

Medida provisória

As medidas provisórias são editadas pelo presidente da República e têm força de lei assim que publicadas no 'Diário Oficial da União'.

A partir da publicação, o Congresso Nacional tem até 120 dias para aprovar a MP conforme a redação enviada pelo governo; aprovar o texto com modificações; rejeitar a proposta. Se a medida não for analisada no prazo, perde a

validade.

O texto a ser aprovado pelo Congresso ainda terá de ser submetido ao presidente, que pode sancionar a proposta integralmente, parcialmente ou vetá-la. Somente com a sanção é que a MP passa a ser uma lei em definitivo.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo aumenta projeção de crescimento do PIB para 2,40% em 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Agência Brasil

Marcello Casal jr/Agência Brasil

O governo aumentou a projeção para o crescimento da **economia** para 2019 e 2020. A estimativa do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) de 2019 foi revisada de 0,90% para 1,12%. Para 2020, a previsão é que o PIB tenha expansão de 2,40%, ante a previsão de 2,32%.

As estimativas estão no Boletim Macroeconômico, da Secretaria de Política Econômica (SPE) do

Ministério da **Economia**, divulgado hoje (14).

De acordo com a pasta, os indicadores de atividade têm apresentado resultados acima da expectativa de **mercado**, especialmente nos setores de serviços, comércio e construção civil, o que explica as revisões para cima das projeções para o crescimento econômico. A liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também foi fundamental para estimular a **economia**.

'No segundo semestre de 2019, uma parcela fundamental da retomada do crescimento veio dos estímulos dados pela liberação de recursos do FGTS, que deve se estender ao longo do primeiro trimestre de 2020. Além disso, a criação do saque-aniversário tem o potencial de mudar as perspectivas nos mercados de trabalho e crédito, impulsionando a **economia** nos próximos anos', diz o boletim.

Emprego e crédito

O Ministério da **Economia** destaca ainda que há um crescimento na criação de empregos formais, o que, historicamente, leva a uma aceleração na previsão de crescimento do PIB. 'O emprego formal tem apresentado aceleração nos últimos meses, dando sinais de aquecimento da **economia**, o que é fundamental para a atividade, uma vez que a produtividade no setor formal é maior que a do setor informal.'

De acordo com a pasta, uma das fontes importantes para o aumento da atividade e da produtividade foi a expansão consistente do

crédito livre (em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no **mercado** e para definir as taxas de **juros**) às famílias e às empresas, que é alocado para investimentos com maior retorno.

A substituição do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural e de infraestrutura) pelo crédito livre, segundo o ministério, também contribui para a redução efetiva dos **juros** de equilíbrio, mais participação social no sistema financeiro e está em linha com a política liberal do governo.

'A redução das taxas de **juros** deve começar a apresentar efeitos na atividade no primeiro semestre de 2020, especialmente a partir do segundo trimestre. A aprovação da Nova Previdência e as demais medidas de ajuste fiscal contribuirão para a redução substancial do risco país, levando à redução dos **juros** reais de equilíbrio, possibilitada pelas expectativas de inflação ancoradas e cadentes', diz o boletim.

Diante dos dados apresentados, para o governo a retomada de produtividade pode não ser imediata, mas está garantida. 'As medidas estruturais de ajuste fiscal, redução de direcionamento de crédito, eliminação de custos e cunhas ao setor privado e no **mercado** de trabalho produzirão efeitos permanentes na produtividade e na renda do país.'

Inflação

O boletim divulgado hoje também traz a previsão para a inflação de 2019, calculada

pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que subiu de 3,26% para 4,14%. 'O principal responsável pela forte alteração foi o subgrupo 'alimentação no domicílio', impactada sobretudo pela pressão sobre o preço de carnes. A elevação do preço da carne brasileira se deve ao forte aumento de demanda chinesa, que busca suprir as perdas da produção interna, resultantes de gripe suína (proteína muito consumida pelos chineses)', diz o boletim.

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmou a elevação da inflação, que fechou o ano de 2019 em 4,31%.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro diz que governo deve autorizar novo reajuste no salário mínimo de 2020 para repor a inflação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

O presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça-feira (14) que o governo deve autorizar um novo reajuste para o **salário** mínimo de 2020, para repor a inflação de 2019. O cálculo do governo que elevou o valor de R\$ 998 para R\$ 1.039 considerou uma inflação mais baixa do que a registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou 2019 com alta de 4,48%, de acordo com os dados divulgados na semana

passada. Por lei, esse é o índice usado para o reajuste do **salário** mínimo, embora a inflação oficial seja a medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou o ano de 2019 em 4,31%.

A alta no preço da carne teve um peso grande no aumento dos indicadores. Nesta tarde, Bolsonaro vai se reunir com o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, para definir o novo valor e como a medida será encaminhada ao Congresso, que ainda precisa votar a Medida Provisória que definiu o primeiro valor do **salário** mínimo.

'Acho que tem brecha para a gente atender [o reajuste]. A inflação de dezembro foi atípica [com] pico por causa do preço da carne. A ideia é [repor] a inflação, o mínimo, né?! Agora, cada um real [de reajuste] aumenta mais ou menos R\$ 300 milhões no orçamento. A barra é pesada. Apesar de ser pouco o aumento, R\$ 4 ou R\$ 5, mas tem que recompor', disse o presidente ao deixar o Palácio da Alvorada na manhã desta terça-feira.

INSS e reformas

O governo pretende ainda anunciar nesta semana medidas para diminuir a fila de espera por benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). De acordo com Bolsonaro, uma dessas medidas deve ser a contratação de servidores ou militares da reserva.

'A gente pretende contratar, a lei permite, servidores ou militares da reserva pagando 30% a mais do que eles ganham, para a gente

romper essa fila que aumentou muito por ocasião da tramitação da reforma da Previdência', explicou o presidente.

Sobre as reformas tributária e administrativa que o governo deve enviar esse ano ao Congresso, Bolsonaro disse que está confiante na aprovação, 'sem muito atrito' com o Legislativo. 'A minha ideia é fazer da melhor maneira possível para que possa ser aprovada sem muito atrito. A **economia** está recuperando, mas se nós pararmos na reforma [da Previdência] pode perder o que ganhou até agora. O Congresso está bastante consciente disso, acredito que não tenhamos grande dificuldades se apresentarmos boas propostas', disse.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo reajusta em 4,48% aposentadoria acima do mínimo; teto sobe para R\$ 6.101,06

Ano	Benefício acima do mínimo (variação %)	Salário mínimo (variação %)
1990	42,86	42,86
1996	15,00	12,00
1997	7,26	7,64
1998	4,31	8,23
1999	4,61	4,52
2000	5,81	10,53
2001	2,66	19,21
2002	9,20	1,31
2003	19,71	20,00
2004	4,53	8,33
2005	6,36	15,38
2006	5,21	18,87
2007	3,70	16,57
2008	5,70	15,21
2009	5,92	12,05
2010	6,14	14,68
2011	6,47	9,86
2012	6,06	14,13
2013	4,20	9,00
2014	5,56	6,78
2015	6,23	8,84
2016	4,29	14,68

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: **Economia** G1

O governo federal oficializou nesta terça-feira (14) o reajuste de 4,48% para aposentados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem acima de 1 **salário** mínimo, de acordo com portaria do Ministério da **Economia** publicada no 'Diário Oficial da União'.

Com a oficialização do reajuste, o teto dos benefícios do INSS passa de R\$ 5.839,45 para R\$ 6.101,06 a partir de janeiro de 2020.

Pela legislação federal, o índice de reajuste do

benefício de aposentados e pensionistas que recebem valor superior ao do **salário** mínimo é definido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior.

Em 2019, o INPC ficou em 4,48%, conforme divulgou na sexta-feira (10) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

'A partir de 1º de janeiro de 2020, o **salário** de benefício e o **salário** de contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 1.039,00, nem superiores a R\$ 6.101,06', fixa a portaria.

Pela lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo INSS não podem ser inferiores a 1 **salário** mínimo.

Neste ano, o reajuste concedido foi maior que o do **salário** mínimo, que em 2020 aumentou 4,1%, passando de R\$ 998 para R\$ 1.039, não repondo a inflação do ano passado. Para definir o valor de R\$ 1.039, o governo usou a previsão do **mercado** financeiro para o INPC, que, no entanto, acabou ficando acima do previsto.

Alíquotas de contribuição ao INSS

O reajuste também se reflete na cobrança da contribuição dos trabalhadores para o INSS. Para empregados com carteira assinada, domésticos e trabalhadores avulsos, a alíquota passa a ser:

de 8% para quem ganha até R\$ 1.830,29

de 9% para quem ganha entre R\$ 1.830,30 e R\$ 3.050,52

de 11% para quem ganha entre R\$ 3.050,53 a R\$ 6.101,06

Essas alíquotas são relativas aos salários pagos em janeiro e que deverão ser recolhidas até 29 de fevereiro.

Para os pagamentos a partir de 1º de março, a tabela mudará em razão das novas regras introduzidas pela reforma da Previdência. Ficará assim:

até 1 **salário** mínimo (R\$ 1.039,00): 7,5%

de R\$ 1.039,01 R\$ até 2.089,60: 9%

de R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40: 12%

de R\$ 3.134,41 até R\$ 6.101,06: 14%

Salário-família e auxílio-reclusão

Já a cota do **salário**-família passa a ser de R\$ 48,62 para aqueles segurados cuja remuneração mensal não supere R\$ 1.425,56.

o caso do auxílio-reclusão - benefício pago a dependentes de segurados presos -, o **salário** de contribuição para ter direito ao pagamento terá como limite o valor de R\$ 1.425,56.

G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo quer obter R\$ 150 bilhões com privatizações em 2020, diz secretário



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Alexandre Martello/G1

O Ministério da **Economia** anunciou nesta terça-feira (14) que o governo pretende vender cerca de 300 ativos públicos em 2020. A meta inclui empresas controladas pelo governo, subsidiárias, coligadas e participações societárias. Com as transações, o governo espera obter R\$ 150 bilhões.

O anúncio foi feito pelo secretário-especial de Desestatização e Desinvestimento, Salim Mattar. Segundo ele, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras não serão

privatizadas. Os Correios estão na lista de privatizações, mas a venda é prevista para o fim de 2021.

'Em 2020, vamos ter uma meta ousada para atingir em termos de valor e de empresas', disse. Para isso, o governo deve enviar um projeto ao Congresso Nacional em fevereiro propondo um 'fast track' (caminho rápido) para a venda dos ativos públicos.

'É uma forma de acelerar esse processo de venda. A meta [para 2020] depende de o 'fast track' passar. O 'fast track' é fundamental para atingirmos essa meta. Seria como se fosse um atalhozinho, é um projeto de lei. Já está pronto. Esperando o Congresso abrir, e a melhor forma de conseguir apoio', diz Salim.

Segundo o secretário de Desestatização, o projeto colocaria as empresas a serem privatizadas diretamente no Programa Nacional de Desestatização (PND). O texto reduziria, também, o tempo de atuação de escritórios de advocacia e de bancos no processo de modelagem dessas vendas.

Eletrobras é prioridade

Salim Mattar afirma que, em 2020, a principal meta é vender os ativos da Eletrobras. Dos 300 ativos na lista, mais de 200 dizem respeito à estatal.

'Para manter a sua participação no **mercado**, a Eletrobras tem que investir R\$ 14 bilhões nos próximos 4 anos. O governo federal não tem esse dinheiro', afirmou.

De acordo com o secretário, o governo possui, atualmente, 624 ativos. Além das 46 empresas estatais, o número inclui 151 subsidiárias, 218 empresas coligadas e 209 participações.

Resultado de 2019

De acordo com os cálculos da área econômica, a desestatização federal arrecadou R\$ 105,4 bilhões em 2019, com a venda de 71 ativos públicos. O somatório inclui:

a venda de R\$ 15,9 bilhões em participações societárias do BNDESPar;

R\$ 14,6 bilhões em ativos da Caixa (IRB, Petrobras, banco Pan e BB), e

R\$ 50,4 bilhões em subsidiárias e coligadas da Petrobras.

Segundo Mattar, o governo ficou muito focado, em 2019, na reforma da Previdência.

'Aconteceu mais ou menos dentro de um padrão que a gente esperava. Depois, a gente acelerou um pouco mais', declarou.

O secretário de Desestatização informou que o governo possui, atualmente, participação em um banco no Egito e no Banco Interamericano de Ahorro Y Prestamo, da Venezuela. Segundo ele, a instituição financeira venezuelana já quebrou, e não funciona mais.

'Temos que fazer uma denúncia ao TCU. Foi um mau investimento. Esse banco virou pó. Quem faz o processo tem de ser o Ministério Público, ou a Corregedoria. Vamos levantar as informações e passar para frente. Quem fez má aplicação de recursos públicos, deveria

responder por isso', declarou Salim Mattar a jornalistas.

G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo eleva salário mínimo para R\$ 1.045



partir de 1º de fevereiro', afirmou Bolsonaro no Ministério da **Economia**.

Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, anunciaram na tarde de hoje (14), em Brasília, que o **salário** mínimo de 2020 será elevado de R\$ 1.039 para R\$ 1.045. Uma medida provisória (MP) será editada pelo presidente nos próximos dias para oficializar o aumento.

'Nós tivemos uma inflação atípica em dezembro, a gente não esperava que fosse tão alta assim, mas foi em virtude, basicamente, da carne, e tínhamos que fazer com que o valor do **salário** mínimo fosse mantido, então ele passa, via medida provisória, de R\$ 1.039 para R\$ 1.045, a

Governo reajusta em 4,48% aposentadoria acima do mínimo; teto sobe para R\$ 6.101,06



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O governo federal oficializou nesta terça-feira (14) o reajuste de 4,48% para aposentados e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem acima de 1 **salário** mínimo, de acordo com portaria do Ministério da **Economia** publicada no 'Diário Oficial da União'.

Com a oficialização do reajuste, o teto dos benefícios do INSS passa de R\$ 5.839,45 para R\$ 6.101,06 a partir de janeiro de 2020.

Pela legislação federal, o índice de reajuste do benefício de aposentados e pensionistas que recebem valor superior ao do **salário** mínimo é

definido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior.

Em 2019, o INPC ficou em 4,48%, conforme divulgou na sexta-feira (10) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

'A partir de 1º de janeiro de 2020, o **salário** de benefício e o **salário** de contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 1.039,00, nem superiores a R\$ 6.101,06', fixa a portaria.

Pela lei, aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte pagas pelo INSS não podem ser inferiores a 1 **salário** mínimo.

Neste ano, o reajuste concedido foi maior que o do **salário** mínimo, que em 2020 aumentou 4,1%, passando de R\$ 998 para R\$ 1.039, não repondo a inflação do ano passado. Para definir o valor de R\$ 1.039, o governo usou a previsão do **mercado** financeiro para o INPC, que, no entanto, acabou ficando acima do previsto.

Alíquotas de contribuição ao INSS

O reajuste também se reflete na cobrança da contribuição dos trabalhadores para o INSS. Para empregados com carteira assinada, domésticos e trabalhadores avulsos, a alíquota passa a ser:

de 8% para quem ganha até R\$ 1.830,29

de 9% para quem ganha entre R\$ 1.830,30 e R\$ 3.050,52

de 11% para quem ganha entre R\$ 3.050,53 a

R\$ 6.101,06

Essas alíquotas são relativas aos salários pagos em janeiro e que deverão ser recolhidas até 29 de fevereiro.

Para os pagamentos a partir de 1º de março, a tabela mudará em razão das novas regras introduzidas pela reforma da Previdência. Ficará assim:

até 1 **salário** mínimo (R\$ 1.039,00): 7,5%

de R\$ 1.039,01 R\$ até 2.089,60: 9%

de R\$ 2.089,61 até R\$ 3.134,40: 12%

de R\$ 3.134,41 até R\$ 6.101,06: 14%

Salário-família e auxílio-reclusão

Já a cota do **salário**-família passa a ser de R\$ 48,62 para aqueles segurados cuja remuneração mensal não supere R\$ 1.425,56.

o caso do auxílio-reclusão - benefício pago a dependentes de segurados presos -, o **salário** de contribuição para ter direito ao pagamento terá como limite o valor de R\$ 1.425,56.

G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo eleva salário mínimo para R\$ 1.045



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, anunciaram na tarde de hoje (14), em Brasília, que o **salário** mínimo de 2020 será elevado de R\$ 1.039 para R\$ 1.045.

Uma medida provisória (MP) será editada pelo presidente nos próximos dias para oficializar o aumento. 'Nós tivemos uma inflação atípica em dezembro, a gente não esperava que fosse tão alta assim, mas foi em virtude, basicamente, da carne, e tínhamos que fazer com que o valor do **salário** mínimo fosse mantido, então ele passa, via medida provisória, de R\$ 1.039 para R\$

1.045, a partir de 1º de fevereiro', afirmou Bolsonaro no Ministério da **Economia**, ao lado de Guedes.

O presidente e o ministro se reuniram duas vezes ao longo do dia para debaterem o assunto.

No final do ano passado, o governo editou uma MP com um reajuste de 4,1% no mínimo, que passou de R\$ 998 para R\$ 1.039. O valor correspondia à estimativa do **mercado** financeiro para a inflação de 2019, segundo o Índice Nacional do Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Porém, o valor do INPC acabou fechando o ano com uma alta superior, de 4,48%, anunciada na semana passada e, com isso, deixou o novo valor do mínimo abaixo da inflação. Por lei, esse é o índice usado para o reajuste do **salário** mínimo, embora a inflação oficial seja a medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou o ano de 2019 em 4,31%. 'Nós vamos ter que achar os recursos para fazer isso, mas o mais importante é o espírito que o presidente defendeu, da carta constitucional, que é a preservação do poder de compra do **salário** mínimo', afirmou Paulo Guedes.

Segundo o ministro, com o novo aumento, o impacto nas contas públicas será de cerca de R\$ 2,3 bilhões, que poderão ser compensados com R\$ 8 bilhões de arrecadação extra prevista pelo governo. 'Nós já temos, eu prefiro não falar da natureza do ganho, que vai ser anunciado

possivelmente em mais uma semana, nós já vamos arrecadar mais R\$ 8 bilhões. Não é aumento de imposto, não é nada disso. São fontes que estamos procurando, nós vamos anunciar R\$ 8 bilhões que vão aparecer, de forma que esse aumento de R\$ 2,3 bilhões vai caber no orçamento', informou o ministro.

Ainda segundo ele, caso não seja possível cobrir o aumento de gasto no orçamento para custear o valor do mínimo, o governo não descarta algum contingenciamento.

Até o ano passado, a política de reajuste do **salário** mínimo, aprovada em lei, previa uma correção pela inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país). Esse modelo vigorou entre 2011 e 2019. Porém, nem sempre houve aumento real nesse período porque o PIB do país, em 2015 e 2016, registrou retração, com queda de 7% nos acumulados desses dois anos.

O governo estima que, para cada aumento de R\$ 1 no **salário** mínimo, as despesas elevam-se em R\$ 355,5 milhões, principalmente por causa do pagamento de benefícios da Previdência Social, do abono salarial e do seguro-desemprego, todos atrelados ao mínimo.

Agencia Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA